

A RESISTÊNCIA ADORMECIDA: COMO AS PERDAS SÃO ARTICULADAS PELA JUVENTUDE RURAL?

Joana Tereza Vaz de Moura¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9561-1063>

Marcos Aurélio Freire da Silva Júnior²

 <https://orcid.org/0000-0002-5553-6625>

RESUMO

Nos últimos anos no Brasil, diversas ações que buscavam incentivar a mobilização dos jovens tiveram cortes e/ou deixaram de existir. Essas perdas desmobilizaram boa parte da juventude que vinha tentando se constituir como ator político no campo de disputa. Entretanto, no caso da juventude rural do território Mato Grande, no Rio Grande do Norte, as perdas estão sendo articuladas pelos jovens para pautar novas mobilizações. O artigo busca entender as perdas como ponto de partida para compreender como os jovens rurais dão sentido a elas e como vêm se mobilizando e criando estratégias para atuação no campo político. A metodologia é qualitativa, utilizando como fonte de dados entrevistas com as principais lideranças juvenis do território a fim de compreender a “narrativa da derrota” (Bechwith, 2015). Os resultados mostram que as perdas foram frustrantes para a juventude rural, mas produziram efeitos significativos na articulação de novas possibilidades de lutas no âmbito local e nas mobilizações pelas redes sociais.

Palavras-chave: Juventude Rural, Narrativa da Derrota, Territórios Rurais.

THE ASLEEPED RESISTANCE: HOW LOSSES ARE ARTICULATED BY RURAL YOUTH?

ABSTRACT

In recent years in Brazil, several actions that sought to encourage the mobilization of young people have been cut and/or ceased to exist. These losses demobilized a good part of the youth who had been trying to constitute themselves as political actors in the field of dispute. However, in the case of the rural youth of Mato Grande Territory, Rio Grande do Norte, the losses are being articulated by the young people in order to guide new mobilizations. The article seeks to understand the losses as a starting point to understand how rural youth give meaning to them and how they have been mobilizing and creating strategies to act in the political field. The methodology is qualitative, using as a data source interviews with the main youth leaders of the Territory in order to understand the "narrative of defeat" (BECHWITH, 2015). The results show that the losses were frustrating for rural youth, but produced significant effects in the articulation of new possibilities for struggles at the local level and in mobilizations through social networks.

Keywords: Rural Youth, Narrative of Defeat, Rural Territories.

LA RESISTENCIA ADORMADA: ¿CÓMO ARTICULAN LAS PÉRDIDAS LOS JÓVENES RURALES?

RESUMEN

En los últimos años en Brasil, varias acciones que buscaban fomentar la movilización de los jóvenes tuvieron cortes y/o dejaron de existir. Estas pérdidas desmovilizaron a gran parte de los jóvenes que habían intentado constituirse como actores políticos en el ámbito de la disputa. Sin embargo, en el caso de la juventud rural de Territorio Mato Grande, Rio Grande do Norte, las pérdidas están siendo

¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora do Departamento de Políticas Públicas (UFRN). E-mail: joanateresa@gmail.com.

² Mestre em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). E-mail: marcosaurelijunior@gmail.com.

articuladas por los jóvenes para orientar nuevas movilizaciones. El artículo busca entender las pérdidas como punto de partida para comprender cómo los jóvenes rurales les dan sentido y cómo se movilizan y crean estrategias para actuar en el ámbito político. La metodología es cualitativa, utilizando como fuente de datos entrevistas con los principales líderes juveniles del Territorio para entender la "narrativa de la derrota" (BECHWITH, 2015). Los resultados muestran que las pérdidas fueron frustrantes para los jóvenes rurales, pero produjeron efectos significativos en la articulación de nuevas posibilidades de lucha a nivel local y en las movilizaciones a través de las redes sociales. Palabras clave: Juventud Rural, Narrativa de la Derrota, Territorios Rurales.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos (2016-atual), temos assistido uma série de desmontes nas políticas públicas no Brasil, especificamente aquelas voltadas aos segmentos mais vulneráveis da população, como negros, índios, mulheres e jovens. A entrada de um Governo com características conservadoras e de direita, em 2019, vem realinhando o cenário político em direção aos anseios da elite e do agronegócio. Nesse contexto, a participação popular conquistada com a Constituição Federal de 1988 não assume mais as feições requisitadas para alargamento da esfera pública e aproximação entre sociedade e Estado. Os conselhos gestores, as conferências nacionais e demais espaços de diálogo entre sociedade civil e Estado foram destituídos e/ou reorganizados em prol dos interesses do Governo Federal.

A juventude, que vinha tendo um tratamento especial após a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2005, passou a ser relegada a segundo plano pelos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-atual). Em 2016, a SNJ passou a ser vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República. Segundo Caetano e Azevedo (2017, p. 16), essa medida não se tratava apenas de uma mudança “de ‘sala’ ou de ‘prédio’, mas também da substituição de perspectivas, que estão relacionadas a projetos societários distintos e que se encontram, constantemente, em contraposição”. Para o presidente do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), em 2016, Daniel Souza, no Governo Temer, não havia “uma compreensão de jovens em sua integralidade, como sujeitos de direitos ou como atores e atrizes centrais no ‘desenvolvimento’ e no projeto de país” (Souza, 2016, s. p).

Em 2019, com a entrada de Jair Bolsonaro na Presidência da República, a SNJ passou a fazer parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em menos de um ano de gestão, a Secretaria já trocou seu quadro, incluindo secretários e secretários adjuntos. As ações e projetos para a juventude desenvolvidos pela Secretaria têm focado no empreendedorismo, como o projeto Espaço 4.0³. A 4ª Conferência Nacional de Juventude não aconteceu no ano previsto, 2019, e ainda em 2021 continua sem ser pautada pela SNJ.

3 “De acordo com a secretária Nacional da Juventude, Jayana Nicaretta da Silva, o objetivo é preparar os jovens para os desafios da chamada quarta revolução industrial com foco na produtividade, formação de renda, emprego e no empreendedorismo da juventude” (Correio Braziliense, 2019).

Além dessas novas articulações, no que se refere à pauta territorial, a extinção da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Territorial (SDT) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as políticas com foco territorial e que davam ênfase ao envolvimento da juventude e demais grupos minoritários nos processos de produção e na participação política foram extintas e/ou deixaram de receber recursos. No caso do Programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, não houve mais repasses desde meados de 2016. O Programa era um dos carros-chefes do desenvolvimento territorial, pois buscava a integração entre políticas setoriais e a participação da sociedade nas decisões sobre as políticas públicas.

Entre as várias ações pautadas pela política, a inserção da juventude nas discussões sobre o território era uma das maneiras percebidas para o desenvolvimento territorial, uma vez que havia uma necessidade de envolver os jovens nos assuntos relacionados ao campo como forma de dar possibilidades a eles de permanecer nesse espaço. Em vários territórios foram criadas câmaras temáticas de juventude e realizadas conferências territoriais de juventude. No Rio Grande do Norte, as conferências territoriais de juventude aconteceram em 2015, fruto de uma articulação da SNJ com a Secretaria Estadual de Juventude, que era coordenada por uma ativista do movimento de juventude, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Dessas conferências, resultou, para além de uma série de proposições de políticas públicas, projetos e ações, um processo de ampliação de espaços participativos e de diálogos vivenciados pelos jovens do Rio Grande do Norte. Vimos, no estado pós conferências, uma reorganização da juventude, grupos organizados pautando política pública, movimentos juvenis em crescente organicidade e novos jovens chegando e somando a essas organizações, movidos pela perspectiva de ações governamentais que incidissem na vida dos jovens, através das propostas e proposições extraídas das conferências.

Pudemos perceber, portanto, que diversas foram as ações nos territórios do RN e que, a partir de 2016, começaram a diminuir. Entretanto, percebemos que, em alguns territórios, os jovens rurais continuam a se mobilizar em novos formatos de ação coletiva. Vários que faziam parte das câmaras temáticas dos colegiados territoriais agora estão se articulando em suas comunidades e/ou assentamentos, outros estão envolvidos nos movimentos sociais e sindicais, ou seja, buscaram ter criatividade para poder ativar outros repertórios e formas de ação (Almeida; Vieira; Kashiwakura, 2020).

Diante disso, este artigo explora o impacto das perdas políticas para a juventude rural do território Mato Grande no RN. Buscamos examinar o efeito dos resultados das perdas para as lideranças jovens e as novas formas de resistência da juventude rural. Procuramos, a partir das

narrativas desses jovens, entender as estratégias e táticas utilizadas para se reorganizarem no campo político. Utilizamos como referência o conceito de “narrativa da derrota” (Beckwith, 2015) para compreender como os ativistas, no caso os jovens rurais, persistem em seus objetivos e engajam em novas mobilizações, mesmo em um contexto de perdas de direitos. Ou seja, objetivamos analisar o efeito dos resultados das perdas para as mobilizações da juventude rural do Mato Grande. Segundo Beckwith (2015, p. 2), a narrativa da derrota é uma forma de discurso repetido que identifica a derrota ou a perda, criando uma “história sobre a derrota que vincula eventos selecionados em sequência causal dentro de um prazo identificável e tira conclusões sobre as razões da derrota”. Neste sentido, as lideranças articulam aprendizados políticos sobre as perdas, possibilitando que outras estratégias sejam tomadas para novas mobilizações.

A metodologia é essencialmente qualitativa. Utilizamos como fonte de informações três entrevistas com lideranças da juventude rural no território Mato Grande: dois ex-coordenadores da Câmara Temática de Juventude do Fórum Territorial do Mato Grande (FOMAG)⁴ e uma militante da Marcha Mundial de Mulheres e do Movimento de Economia Solidária, responsável pela articulação da juventude no Mato Grande. Ainda contamos com a contribuição de uma representante da Secretaria de Juventude da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Rio Grande do Norte (FETARN). Além disso, durante o ano de 2015, um dos autores participou da Câmara Temática de Juventude do território do Mato Grande, bem como das Conferências territorial, estadual e nacional – importantes espaços para entender as demandas e estratégias da juventude rural naquele momento. As demais informações foram coletadas mediante a participação de um dos autores na rede de Colegiados Territoriais do Rio Grande do Norte⁵.

O artigo está organizado em três partes principais, além desta introdução. Na seção um, trazemos uma breve contextualização das políticas públicas para a juventude e a política territorial, em sua perspectiva para a juventude rural. A segunda seção aborda os avanços das mobilizações da juventude rural no Mato Grande. A seção três foca na análise das narrativas dos entrevistados sobre as perdas e suas resistências no território Mato Grande. Por fim, apresentamos as considerações finais.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL

Com a redemocratização do país em 1988, o jovem, enquanto ator social que antes era invisível aos olhos do Estado, passa a adquirir maior visibilidade no que tange às políticas públicas

⁴ Eles estão identificados nas falas por ex-Coordenador 01 e ex-Coordenador 02.

⁵ A rede de Colegiados Territoriais do RN foi criada em 2019, tendo como incentivador um deputado estadual do PT em parceria com as Universidades (UFRN, UFERSA e UERN), movimentos sociais e entidades sindicais. Atualmente, 53 pessoas fazem parte da rede, incluindo também lideranças e pessoas dispostas a discutir o desenvolvimento dos Territórios. A rede se articula através de reuniões e pelo Whatsapp.

sociais, estudantis e de trabalho. Essa visibilidade conquistada através do engajamento e participação social nos anos antecessores da redemocratização do Brasil, em conjunto com a expansão nos estudos acadêmicos sobre a categoria, possibilitou que o Estado e a sociedade passassem a ver o jovem como sujeito de direitos.

Esse fenômeno está ligado à conjuntura internacional, na qual a juventude passa também a deter uma atenção maior das instituições enquanto categoria política. As agências multilaterais fomentam, nesse período, a discussão acerca do protagonismo juvenil e a importância das políticas públicas de juventude. Analisando o histórico da participação política e social da juventude na Argentina, Vázquez (2015) defende a ideia de que não só a juventude conseguiu se inserir no campo político enquanto categoria social, mas a configuração das pesquisas e da atenção pública em torno dos jovens sofreu modificações, passando a considerar aspectos não apenas geracionais, mas questões como gênero, identidades, classe etc.

Nesse sentido, a academia passa a abandonar a visão do jovem enquanto delinquente ou um adulto em processo. A produção acadêmica, que antes se detinha em relacionar o jovem com temas como violência, passa a se aprofundar em questões acerca da participação social, mercado de trabalho, diversidade da juventude, entre outras. Esse processo de mudança na concepção de juventude perpassou a academia e o Estado, e adentrou a sociedade.

O jovem passa a ser público alvo tanto do mercado, como de políticas públicas. Essas transformações na sociedade e a mudança na relação do jovem com o Estado não asseguraram em sua totalidade as demandas da juventude brasileira. Nesse sentido, os jovens do país continuaram se organizando coletivamente, a fim de influenciar seu campo social através de ações coletivas. O processo contínuo de organização coletiva sucedeu uma pujança no surgimento de grêmios estudantis, grupos de bairro, coletivos de cultura, grupos de jovens organizados em sindicatos, associações, entre outros.

Durante a década de 1990, agências intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional de Juventude para Ibero-América e demais agências multilaterais que atuavam com a temática da juventude, deram início a um processo de intervenção nas políticas públicas visando atender às demandas da juventude. No Brasil, ao final da década, o poder público, em parceria com organizações não governamentais, começou a atuar mais efetivamente na formulação e implementação de ações voltadas para a juventude. Entretanto, de acordo com Silva e Andrade (2009), essas ações eram voltadas principalmente para os jovens de baixa renda e tinham como objetivo ocupar o tempo livre deles através de atividades esportivas, culturais etc.

Apenas em 2004, o desenho institucional de uma Política Nacional de Juventude começou a ganhar corpo, através da parceria do Governo Federal com os movimentos sociais. Em 2005, esse

esforço resulta na criação, através de Lei da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude. Esses dois órgãos passam a realizar as Conferências de Juventude, em âmbito nacional, e apoiando-as nos âmbitos estaduais e municipais. Essa pujança de ações, proposições de políticas públicas e espaços de participação social influenciaram a organização juvenil no país, contribuindo para a criação de novos agrupamentos juvenis e fortalecendo os já existentes. Com isso, o poder público passa a institucionalizar a juventude enquanto categoria política e social.

A juventude rural acompanhou esse processo nacional e, no início da década de 2000, passou a se organizar socialmente de maneira mais efetiva. De acordo com Castro et. al. (2009), diversos movimentos sociais do campo deram início a uma série de eventos organizativos da juventude rural: I Congresso Nacional de Juventude Rural (realizados pela Pastoral da Juventude Rural-PJR e MST), Encontros de Juventude do Campo e da Cidade (MST), Acampamentos da Juventude da Agricultura Familiar (Fetraf), Seminário do Programa Jovem Saber (Contag) e o VI Campamento Latino Americano de Jóvenes (Via Campesina); esses espaços viabilizaram uma maior organicidade do jovem rural e impulsionaram a participação de jovens nos espaços de direção desses movimentos.

Diante desses avanços institucionais e sociais, a juventude rural no Brasil passou a se organizar de forma mais atuante nos espaços de participação, criando a consciência de si mesmo como atores sociais, reivindicando diversas pautas que são fundamentais para a permanência do jovem no rural no campo, dentre elas, educação contextualizada com a realidade do campo, acesso a políticas públicas voltadas para os jovens rurais, luta pela terra por parte dos filhos de assentados da reforma agrária, cursos profissionalizantes na área agrária, entre outros (Silva Júnior; Moura, 2019, p. 861).

De acordo com Macêdo (2018)⁶, a emergência das políticas públicas fez com que os jovens rurais se organizassem e buscassem essas políticas, ao mesmo tempo em que isso fortaleceu a organização social, configurando, assim, um movimento de mão dupla.

Com o avanço institucional – como o Estatuto da Juventude e outras políticas públicas –, a juventude rural no Brasil passou a se organizar de forma mais atuante nos espaços de participação, criando a consciência de si mesmo como agentes sociais, reivindicando diversas pautas que são fundamentais para a permanência do jovem rural no campo, dentre elas, uma educação contextualizada com a realidade do campo, acesso a políticas públicas voltadas para os jovens rurais, luta pela terra por parte dos filhos de assentados da reforma agrária, cursos profissionalizantes na área agrária, entre outros. Os movimentos sociais do campo e parte da Igreja Católica mais progressista se configuraram ao longo da trajetória da democracia brasileira como protótipos de organização social e aglutinação de capital social juvenil no meio rural.

⁶ Fala retirada da palestra de Severine Macêdo durante mesa redonda intitulada “A emergência de novas identidades sociais nos territórios rurais e a luta por reconhecimento, conquista e preservação de direitos e cidadania”, ocorrida durante o VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado em agosto de 2018, no auditório da Universidade Federal de Santa Catarina. Severine já foi dirigente da FETRAF, secretária nacional de juventude e militante dos movimentos do campo.

Ainda no Governo Lula, com o fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas políticas públicas territoriais, a criação de territórios rurais foi cada vez mais necessária, por se tratar de espaços particulares que necessitavam de ações governamentais específicas, de acordo com as realidades locais. Neste sentido, criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) dentro do MDA para apoiar essas ações de desenvolvimento territorial, em especial, nos territórios rurais.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) representou um dos principais órgãos de formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao jovem rural. Existente desde 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) só veio a contar com uma linha de crédito direcionada aos jovens em 2003, através do MDA. O PRONAF Jovem surgiu com o objetivo de financiar propostas de crédito para os jovens agricultores de 15 a 29 anos e representou um expressivo avanço para a juventude do campo. O programa Nossa Primeira Terra (NPT) também foi criado em 2003 e continha uma linha de financiamento para os jovens sem-terra dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF). Esse Programa representou, na década de 2000, um importante fator de manutenção do jovem no campo ao proporcionar opções de financiamento que possibilitassem uma mínima permanência da juventude que desejava ficar no campo e/ou na atividade agrícola. Barcellos (2011, p. 45) destaca que as ações dos programas PNCF-NPT representaram “um grande avanço – desde a sua formulação até a execução de políticas públicas de crédito agrícola direcionado aos agricultores familiares”.

A criação do Programa Territórios da Cidadania, em 2008, também possibilitou a articulação da juventude rural, especialmente através da criação das câmaras temáticas de juventude.

Outros ministérios também possuíam ações que compreendiam de maneira transversal a juventude rural. O Ministério da Educação (MEC) instituiu, em 2012, o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. O programa pretendia, em sua formulação:

Disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino (Brasília, 2013).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) também promoveu algumas ações que procuravam fortalecer os empreendimentos solidários da juventude. No Rio Grande do Norte, houve, em 2013, durante o planejamento do Fórum Potiguar de Economia Solidária, a criação do Grupo de Trabalho de Juventude, possibilitando fomentar um espaço que pensasse a realização de momentos em que fossem discutidos a participação e o envolvimento das juventudes na economia solidária.

Portanto, foram diversas ações em diferentes Ministérios que foram se posicionando em prol da juventude rural no país. Conforme destaca Barcellos (2017, p. 155),

A inserção do jovem rural na agenda política do Estado em um tempo histórico recente ocorreu em diferentes instâncias governamentais e isso foi traduzido na formulação de algumas ações e políticas em geração de renda e inclusão produtiva direcionadas à juventude rural, mesmo que em primazia ainda estejam focadas em atividades agrícolas e no crédito.

Podemos dizer, então, que essa participação dos jovens no meio rural, nos últimos anos, pode ser compreendida pela expansão de mecanismos que os estimularam a se inserir em assuntos e debates que perpassavam a sua realidade. Dentre os espaços criados, podemos citar os Fóruns Colegiados nos Territórios da Cidadania, que impulsionaram o surgimento de câmaras temáticas de juventude, possibilitando uma mobilização dos jovens rurais em prol do exercício da cidadania em suas localidades.

AS MOBILIZAÇÕES DA JUVENTUDE RURAL NO MATO GRANDE

O Mato Grande é um dos dez territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte e faz fronteira com os territórios Terras Potiguares, Sertão Central e Potengi. O Mato Grande abrange uma área de 5.758,60 Km² e é composto por 16 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu, Touros e Parazinho. É considerado um território rural, onde a maioria da população (114.246 dos 223.761 habitantes) reside em zona rural (51,06%) (MDA, 2010).

Nos últimos cinco anos, os jovens do território passaram a se inserir em grupos, associações de moradores, associações produtivas, grupos de teatro, grupos de esporte e lazer, e diversos outros agrupamentos juvenis. Nessa mesma direção, a juventude rural também passou a atuar de forma mais coletiva nas suas comunidades e assentamentos.

O fortalecimento da participação juvenil no Mato Grande foi marcado na sua presença e atuação dentro do Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (FOMAG) entre os anos de 2015 e 2017. A juventude rural se fazia presente em diversas câmaras temáticas do FOMAG: mulheres, educação, produção, e, em especial, na Câmara Temática ou Comitê de Juventude, criado em junho de 2015. O Comitê tinha como objetivo agrupar a juventude do território visando à realização de debates, encontros e propostas que objetivassem melhorias e avanços para os jovens locais, levando as demandas juvenis para o FOMAG e garantindo maior visibilidade nas pautas específicas da juventude.

O território do Mato Grande se destacou no processo das Conferências. Com um histórico positivo de participação juvenil nos espaços do território e do estado, foram realizadas 12

conferências municipais nas cidades de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco e Taipu, que contribuíram de forma preparatória para a etapa territorial. De acordo com a entrevista da representante da Marcha Mundial de Mulheres, uma das organizadoras da etapa, "na reunião do Comitê junto com as outras organizações parceiras nós decidimos dar prioridade naquele momento a realizar o máximo possível de conferências nos municípios".

O Comitê de Juventude do território articulou as lideranças municipais como forma de fortalecimento dos jovens para as etapas seguintes. O resultado dessa mobilização resultou em uma expressiva Conferência Territorial, que aconteceu em 2015. A Conferência contou com a presença de 160 participantes, dentre as 45 instituições e atores do poder público presentes. De acordo com a representante da Marcha Mundial das Mulheres, relatora da conferência e membro da Comissão Organizadora Territorial, "a realização da Conferência mobilizou onze municípios do território do Mato Grande e contribuiu com o fortalecimento das experiências da juventude rural".

Conforme destaca uma de nossas entrevistadas, o Fórum Territorial do Mato Grande (FOMAG) representou, dos anos de 2014 a início de 2016, um espaço de grande capacidade aglutinadora dos jovens no território. A câmara temática de juventude era o principal mecanismo de participação social que os jovens tinham na época. Contando com o apoio financeiro do FOMAG, a câmara realizava debates, encontros e oficinas com a juventude. Para além das reuniões específicas da câmara, os jovens também estavam inseridos nas reuniões e discussões do FOMAG:

A gente discutia muitas coisas, fazia oficinas, palestras, oficina de gênero, a gente tinha todo tipo de oficina, de políticas públicas, oficinas voltadas pra essas coisas. A gente fazia muita coisa, inclusive a gente fazia reuniões do Comitê de Juventude que não era no mesmo dia da reunião do FOMAG e essas reuniões tinham muitos jovens, não chegava a ter os 100 que tinha nas oficinas, mas iam 20, 30 jovens nas reuniões, de vários municípios (ex-coordenadora 01 da Câmara de Juventude do FOMAG).

Para o ex-coordenador 02 da Câmara de Juventude, através desse espaço era possível articular a mobilização de outros jovens no território, principalmente com o apoio das Universidades e com oficinas que eram realizadas nos municípios. À época em que os Colegiados Territoriais passaram a ter uma relação direta com as Universidades, através dos Núcleos de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDETs), "havia oficinas de formação para a juventude rural, que eram oficinas temáticas e itinerantes, pois precisávamos abarcar toda a juventude do território" (ex-coordenador 02 da Câmara de Juventude do FOMAG). Essas oficinas eram compartilhadas entre jovens que tinham algum envolvimento em organizações (Igrejas, associações etc.), mas também eram convidados jovens sem envolvimento em grupos, através das escolas municipais e estaduais. Um dos temas destacados, citados pelo ex-coordenador 02, foi o debate sobre sucessão rural, pois "muitos eram oriundos de comunidades rurais e era um tema importante à época [2015]". A ideia das oficinas também era de levar outros jovens que já vinham se envolvendo na produção e comercialização da

família e nas associações e cooperativas. “Nós sempre trazíamos algum jovem para falar sobre sua experiência. Uma vez trouxemos um jovem que contou a sua experiência com a agroecologia e com associação que fazia parte” (ex-coordenador 02).

A representante da Fetarn também compartilha esse sentimento de muita ação nos anos anteriores, especialmente a partir do Programa Territórios da Cidadania. Segundo ela, “a juventude rural se organizou nos Territórios em associações, em cooperativas, assumiram cargos nas gestões dos Sindicatos Rurais e nas comissões de juventude dos Colegiados”.

Percebemos aqui a importância do Estado e das Universidades em fomentar políticas públicas que consigam promover a participação social, ou seja, de que redes de engajamento cívico entre cidadãos podem ser promovidas por agências públicas (Evans, 1996), além dos impactos positivos que uma mobilização pode produzir nas dinâmicas dos movimentos sociais. No caso da juventude rural no Mato Grande, o sucesso dessas ações criou identidades comuns à juventude rural, que foram significantes mediante o processo de perdas dos últimos anos.

O DESMONTE DAS POLÍTICAS, AS NARRATIVAS DA DERROTA E A RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE RURAL NO RN

Com o desmonte das políticas de desenvolvimento territorial nos últimos anos, os Colegiados Territoriais sofreram grandes perdas e seu funcionamento foi se reduzindo aos poucos. O quadro a seguir nos ajuda a compreender a sequência de desmontes e precarização das políticas de desenvolvimento territorial pelo Governo Federal que impactou significativamente o meio rural e suas ações e políticas públicas de desenvolvimento, contribuindo para o atraso de um avanço que estava em curso.

Quadro 1 - O desmonte institucional da política de desenvolvimento territorial a partir de 2016.

Período	Instrumentos jurídico-políticos, atos do governo e projetos recentes	Definição/características
12 de maio de 2016	Medida Provisória n.º 726, de 12 de maio de 2016.	Extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio da medida provisória 726 e a consequente transferência de suas competências para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).
13 de maio de 2016	Portaria n.º 186, de 13 de maio de 2016.	Revogou as propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) por entidades que operam com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social.
27 de maio de 2016	Decreto n.º 8.760, de 27 de maio de 2016.	Transferiu a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência.
31 de maio de 2016	Atos do governo.	Cancelou a transferência de R\$ 170 milhões, que deveriam ser operados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), paralisando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

06 de junho de 2016	Processo n.º 55000.00001380/2016-67.	Revogou a chamada pública n.º 02/2016, destinada à seleção de entidades para prestação de ATER para qualificação da gestão, apoio ao fortalecimento e à inserção de organizações econômicas da agricultura familiar nos mercados institucionais, públicos e privados, deixando de atender 930 cooperativas e associações de serviços de assistência técnica rural.
07 de junho de 2016	Nota técnica de defesa da permanência da secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário junto à Casa Civil e Ministério do Planejamento.	Cedeu o espaço físico da Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário ao ministro do Desenvolvimento Social.
09 de junho de 2016	Portaria de 9 de junho de 2016.	Exonerou diversos funcionários que integravam o MDA, destacando-se a exoneração de Diretor do Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial da Casa Civil da Presidência da República.
10 de junho de 2016	Portarias de 10 de junho de 2016.	Exonerou da SECADI-MEC a Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais; e a Coordenação-Geral de Políticas Pedagógicas para a Juventude da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, afetando diretamente as políticas voltadas para a Educação do Campo.
15 de junho de 2016	Decreto 8.786, de 15 de junho de 2016.	Subordinou a estrutura e todos os cargos do extinto MDA à Casa Civil, criando a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.
21 de junho de 2016	Decretos de 21 de junho de 2016	Exonerou Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER e Diretora Executiva Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER.
21 de junho de 2016	Portarias do dia 21 de junho de 2016	Exonerou mais membros da equipe da SDT e os delegados da DFDA.
–	Projetos.	Proposta de revisão do parecer da Advocacia-Geral da União de 2010 e proposta de liberação de venda de terras a estrangeiros (100%).

Fonte: Silva; Miranda, 2017.

O quadro acima nos permite observar que o cenário político de 2016 – saída de Dilma Rousseff e entrada de Michel Temer no comando do executivo – refletiu em uma série de atos de governo que foram na contramão do processo de desenvolvimento territorial. Através de mecanismos institucionais como decretos, portarias, medidas provisórias, entre outros, ficou claro o rápido desmonte de diversas políticas públicas através da exoneração de cargos, extinção do MDA e outras medidas. O impacto desses atos foi imediatamente sentido nos Territórios Rurais.

Assim, com o fim da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e do MDA, em 2016, os Fóruns e Comitês e/ou Câmaras, sofreram um processo de desmobilização que resultou, com o tempo, na extinção ou no esvaziamento dos mesmos. Para além do fim dos espaços institucionalizados, o acúmulo organizativo que esses Colegiados produziram – mesmo em seu curto período de existência – não foi suficiente para dar continuidade à participação de jovens, mulheres, agricultores e demais atores nesses espaços.

As perdas para a juventude rural foram muitas, especialmente com relação às possibilidades de inserção nas políticas de desenvolvimento rural que vinham ganhando destaque nos Territórios como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Política de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras. A juventude, participando das Câmaras Temáticas, vinham tentando se inserir nessas políticas, além de reivindicar novos projetos e ações.

Atualmente, com a desmobilização dos Colegiados Territoriais, muitos Territórios não conseguem mais agregar a juventude para as discussões, como é caso do Mato Grande. Segundo a entrevistada,

Agora é muito difícil reunir 20 jovens de municípios diferentes, é quase impossível. A juventude mudou, eu percebo que a juventude que a gente tinha é uma juventude diferente da juventude de hoje, ou talvez minha visão tenha mudado. Diante do cenário político que a gente tem hoje é tudo muito polarizado. E aí os jovens que tem mais acesso a política eles estão em um desses polos e o que se diz isento não quer saber de nada, com relação a nada, nem política pública nem política partidária, política de nenhum tipo, se tiver o nome 'política pública ou ação social' que eles possam remeter a alguma coisa desse tipo, eles não vão (ex-coordenadora 01 da Câmara de Juventude do FOMAG; grifo nosso).

Sem o espaço institucionalizado do FOMAG, atualmente, reunir uma quantidade expressiva de jovens, seja o público de 100 jovens presentes nas oficinas da Câmara de Juventude, ou os 20 ou 30 presentes nas reuniões do Fórum, parece algo distante. A juventude que participou ativamente desses espaços não possui, atualmente, interesse nos temas que envolvem a política, sejam eles: políticas públicas, ações sociais, política partidária, participação social, etc.

Entretanto, ressaltamos que as perdas, apesar de impactar negativamente na articulação mais permanente entre os jovens dos Territórios Rurais, tiveram resultados positivos. Vários ativistas da juventude rural no Mato Grande e no estado continuam persistindo em seus objetivos e engajam em novas mobilizações. Conforme destaca a representante da Secretaria de Juventude da Fetarn, a inserção de alguns jovens no alto escalão de associações, sindicatos e cooperativas propiciou que se pautasse dentro desses espaços, tradicionalmente conduzidos por pessoas mais velhas, a discussão das demandas da juventude. Atualmente, dentro do movimento sindical (Fetarn), houve um levantamento de jovens rurais no estado do RN para a proposição de um Festival de Juventude Rural, com uma perspectiva de abranger 150 jovens de todo os Territórios do RN. Essa mobilização, segundo ela, seria “o primeiro passo para impulsionar as Conferências de Juventude em âmbitos nacional, estadual e municipal”. É importante frisar que as atividades desenvolvidas com jovens rurais (ou qualquer público) envolvem custos. Se não há recursos para essas atividades, o alcance e a profundidade ficam prejudicados. Mobilizar atores políticos, engajá-los, articular suas demandas é, também, um elemento de “política pública”.

Outro processo interessante compartilhado pelo ex-coordenador 02 da Câmara de Juventude, foi a conscientização dos jovens rurais que participaram das oficinas propostas pela Câmara. No relato abaixo, ele comenta isso:

O ciclo de formação [essas oficinas] aconteceu no início do Golpe [2016]. Era um momento de enfrentamento mesmo. Quando terminou [o ciclo de formação], percebemos que tínhamos conscientizado esses jovens. Eles entenderam que as políticas públicas são de vontade política de cada Governo.

Inclusive as perdas também foram articuladas pelos ativistas e por apoiadores para novas mobilizações. A participação de pesquisadores de Universidades Federais (UFRN e UFERSA) e Estadual (UERN) no RN mostra que, a partir das narrativas da derrota apresentados pelas lideranças da juventude rural nos territórios, foi possível também que esses outros atores procurassem desenvolver ações nos Territórios.

De acordo com Beckwith (2015), um dos tipos de narrativa da derrota é a “derrota como sobrevivência desafiadora” (p. 7). Esse tipo de narrativa demonstra que os atores aceitam a derrota parcial, porém fazem afirmações como “demos o melhor que conseguimos, não fomos totalmente derrotados” (ibid). A derrota como sobrevivência desafiadora reconhece a derrota, mas identifica ganhos em relação ao adversário, narrando uma certa possibilidade de resistência devido ao legado das lutas anteriores.

Alguns ativistas, inclusive, ressaltam que essas perdas não precisam significar derrota ou fracasso, “mas um processo de aprendizado que inspira inovações táticas” (Beckwith, 2015, p.02). “Hoje nos articulamos pelo *WhatsApp*. Quando a gente recebe algum edital para processos em que os jovens podem participar, já encaminhamos e criamos grupos de trabalho para dar andamento aos projetos” (ex-coordenador 02 da Câmara de Juventude do FOMAG).

Essa “nova” forma de articulação, a virtual, representa um avanço gradual vivenciado em diversas comunidades rurais no Brasil. O acesso dos jovens do território do Mato Grande à internet, apesar de ainda ser precário, tem melhorado e foi fomentado, em partes, por iniciativas locais, como o Telecentro na comunidade de Bebida Velha. Gerido pela Associação de Produtores Agrícolas de Bebida Velha, o Telecentro oferece acesso à internet na comunidade, além da utilização de computadores. A ampliação do acesso dos jovens à internet tem representado uma nova forma de organização da juventude. É nos grupos de WhatsApp que a juventude tem marcado reuniões, divulgado informações e projetos, e é pelo aplicativo que as lideranças têm tido maior acesso aos jovens locais.

As iniciativas pós 2016, no Rio Grande do Norte, foram de alguns projetos isolados voltados para a juventude rural, mas que não abarcava o território como um todo. Esses projetos contavam com participação de alguns municípios. Alguns projetos do Governo Cidadão tinham como público central os jovens, dos quais poucos jovens das comunidades rurais do Mato Grande estavam inseridos,

por exemplo. Um projeto do Ministério do Trabalho, em parceria com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) e com a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), tinha como objetivo promover ações de fomento e capacitação para jovens e mulheres dentro da temática da Economia Solidária, onde um grupo de jovens produtores do Mato Grande foi atendido. O Sebrae possuía uma forte inserção nos anos de 2017 e 2018, com projetos voltados para o empreendedorismo nas áreas rurais. Entretanto esses projetos não tinham o caráter de uma política pública voltada para a juventude rural do território.

O arcabouço institucional da política nacional de juventude iniciou um processo de mudança nas políticas públicas para os jovens rurais, porém, dado ao desmonte precoce dessa política, várias comunidades e assentamentos não conseguiram perceber-lo em suas vidas cotidianas. A liderança articuladora da juventude do território e membro da Marcha Mundial das Mulheres destaca que “a relação do poder público com a gente lá [no assentamento] é bem difícil. Lá no assentamento nunca teve uma ação do governo municipal para determinada situação, por exemplo, um trabalho com os jovens” (representante da Marcha Mundial de Mulheres).

Em algumas comunidades, as organizações já existentes antes do surgimento das políticas públicas de juventude e das políticas territoriais, no início da década, como os sindicatos, associações e cooperativas, continuaram a promover ações pontuais para a juventude. No Arizona, um assentamento de São Miguel do Gostoso, o sindicato dos agricultores, através da figura de uma liderança juvenil, teve esse papel:

Hoje a gente [o sindicato] quer fazer um trabalho de assistência técnica [mas] a gente não tem condições humanas, nem financeiras pra fazer esse trabalho. A gente até fez... O grupo de mulheres é resultado de uma ação que a gente fez. A gente pegou um planejamento e desenvolvemos. Então eu consegui fazer com as mulheres e consegui fazer com os jovens, mas não é algo sistemático (Entrevistada 01).

Na ausência de políticas públicas voltadas para a juventude rural, as organizações já existentes nos Territórios Rurais assumem o protagonismo na promoção de ações e projetos que abarquem, de alguma maneira, o jovem do campo. Entretanto, a dificuldade que as comunidades têm de articular e promover projetos sem recursos e sem apoio do poder público é enorme.

As desmobilizações causadas na sociedade pelo avanço de um governo conservador a nível federal afetaram significativamente a juventude rural, mas não a desmobilizaram por completo. No Mato Grande, apesar das dificuldades em organizar e aglutinar a juventude que há cinco anos experimentava um processo de pujança na organicidade e na atuação política local, ainda é possível observar algumas ações pontuais de resistência articulada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, através das falas dos entrevistados, que o desmonte das políticas públicas que fomentavam o desenvolvimento territorial e rural em curso no Brasil nos últimos anos teve impacto significativo na vida organizacional da sociedade civil do Mato Grande. A falta de recursos, investimentos, assessoria e planejamento na área de juventude fez emergir ações pontuais mobilizadas pelos sindicatos, associações e órgãos não-governamentais.

Entretanto, essas ações e projetos localizados não representam um processo contínuo de mobilização. Em um cenário de escassez de recursos, através de um mínimo de acúmulo obtido das recentes experiências de participação e mobilização juvenil, a juventude do Mato Grande tem tentado se rearticular através das novas tecnologias, como o aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*. O desafio da juventude nesta época de desmonte é conseguir produzir ações que fortaleçam tanto as atividades produtivas, quanto as necessidades mais gerais de educação, saúde e cultura.

Mesmo as perdas sendo muitas, as narrativas das lideranças jovens entrevistadas nos mostram que as várias atuações das Universidades, em parceria com entidades locais, conseguiram promover ações que produziram efeitos positivos para a construção de uma identidade do jovem rural, refletindo na articulação, ainda que esporádica, por outros canais que não mais somente os institucionais. Neste sentido, destacam-se a criação de grupos nas redes sociais e as articulações em âmbito locais, nas comunidades ou assentamentos.

As derrotas impostas pelo atual cenário político, de desmobilização das instituições participativas, como a SNJ e o Conselho Nacional de Juventude, reverberaram em uma queda na atuação da juventude nas comunidades, é fato. Entretanto, é possível perceber que as lideranças juvenis continuam na tentativa de reorganizar a juventude. Muito dessa tentativa está ancorada no legado conquistado pela experiência participativa dos jovens locais nos fóruns, conferências, câmaras, sindicatos e associações.

Portanto, as perdas foram articuladas de maneira a construir narrativas que enfatizam as lições aprendidas e oferecem estratégias novas para um outro contexto de estruturas negativas de oportunidades políticas, como é o cenário atual do Brasil para a juventude rural e os pequenos produtores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R.; VIEIRA, A. K. R.; KASHIWAKURA G. T. Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto de impeachment. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 71, n. 1, p. 140-170, jan./mar. 2020.

BECKWITH, K. Narratives of defeat: explaining the effects of loss in social movements. *Journal of Politics*, v. 77, n. 1, p. 02-13, 2015.

- BARCELLOS, S. B. *As políticas públicas para a juventude rural no Brasil: apontamentos iniciais sobre o processo de constituição desse campo de estudos*. Brasília: NEAD, 2011.
- BARCELLOS, S. B. As Políticas Públicas para a Juventude Rural: o Pronaf Jovem em debate. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n.48, p. 149-174, jan./jun. 2017.
- BRASÍLIA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO*. 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 mar. 2020.
- CAETANO, E.; AZEVEDO, E. E. F. do N. Políticas públicas e juventude: algumas particularidades do caso brasileiro. *Polis - Revista Latinoamericana*, n. 48, p. 01-19, 2017.
- CASTRO, E. G. de et al. *Os jovens estão indo embora?: Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- CORREIO BRAZILIENSE. *Governo lança projeto para estimular empreendedorismo nos jovens*. 2019. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/08/16/interna_politica,777551/governo-lanca-projeto-para-estimular-empreendedorismo-nos-jovens.shtml. Acessado em 02 de abr 2020.
- EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the Evidence on Synergy. *World Development*, v. 24, n. 6, p. 1119-1132, 1996.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio055.pdf. Acesso em: 12 mar 2020.
- SILVA JÚNIOR, M. A. F. da; MOURA, J. T. V. de. Dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências de Juventude (2015). Artigo publicado nos *Anais do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 2019.
- SILVA, E. R. A. da; ANDRADE, C. C. de. A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- SILVA, M. A. P. da; MIRANDA, R. R. Políticas públicas em tempos de golpe político e de desmonte do desenvolvimento territorial. *Boletim DATALUTA*, v. 115, p. 02-06, jul. 2017.
- SOUZA, Daniel. O Conjuve, as políticas de juventude e as resistências em tempos de golpe. *Revista Fórum*. 23 jun 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/o-conjuve-as-politicas-de-juventude-e-as-resistencias-em-tempos-de-golpe/>. Acesso em 10 mar 2020.
- VÁZQUEZ, Melina. *Juventude, política pública e participação: um estudo sobre as produções sócio-estatais da juventude na Argentina recente*. Cidade Autônoma de Buenos Aires: Grupo Editorial Universitário, 2015. 88p.